

WILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA

BANCO DO BRASIL

Dois Séculos de História

Segunda Edição – Revisada

Ano de Publicação: 2019

Rio de Janeiro - RJ

Edição do Autor

Wilson Rodrigues de Oliveira

BANCO DO BRASIL

Dois Séculos de História

Segunda Edição – Revisada

Obra Registrada:

- **na Biblioteca Nacional**, sob o nº 414.963, livro 775, folha 123, em 05/11/2007.
- **no ISBN**, sob o nº 978-85-906816-4-9, em 27/08/2019.

Todos os direitos reservados ao autor.

Reprodução total ou parcial só com autorização do autor.

Diagramação: Márcio Oliveira

Capa: Márcio Oliveira

Foto do prédio do CCBB-Rio

Acervo do Arquivo Histórico do Banco do Brasil

Apoio Cultural da 1ª Edição:

**Associação dos Aposentados e Funcionários
do Banco do Brasil - AAFBB**

À minha mulher Liene
e aos meus filhos Cláudia e Márcio,
pelo apoio e ilimitada paciência.

Agradecimentos

Durante todo o tempo – quase quatro anos – em que estive mergulhado nas pesquisas e ocupado na elaboração deste livro, tive a grata satisfação de contar com a colaboração de inúmeras pessoas e muitos amigos. Foram tantos que, possivelmente, me esquecerei de citar alguns. Aos não lembrados, peço, desde já, minhas sinceras desculpas.

Permito-me começar pelo meu filho Márcio, pela sua infinita paciência ao me socorrer nas incontáveis vezes em que eu empacava diante do computador ao me defrontar com algum problema, por mais simples que fosse, durante a fase preliminar de digitação e diagramação do texto. Sem a sua valiosa colaboração, meu trabalho teria sido, certamente, bem mais espinhoso.

Não poderia deixar de destacar a preciosa cooperação do professor Amauri Antônio de Souza, meu amigo de longo tempo, que, gentilmente, se prontificou a proceder à revisão do texto, apresentando-me inúmeras sugestões, que muito contribuíram para elevar o nível desta obra, sem que possa ser responsabilizado pela existência de alguns eventuais erros.

Gostaria de citar, também, o meu grande amigo Dídimo Fonseca Figueiredo, que, em diversas oportunidades, me ajudou a esclarecer alguns fatos e a me lembrar de outros, ocorridos ao longo dos 30 anos em que estivemos em plena atividade como funcionários do Banco do Brasil.

Ao meu ex-chefe, hoje um grande amigo, Germano Augusto di Polto, sou profundamente grato por me ter elucidado uma série de dúvidas, especialmente na parte à qual se refere a atuação do Banco do Brasil no exterior, dada sua larga experiência nesse campo.

Outro que não poderia deixar de mencionar é o meu amigo Afonso Augusto Parga de Matos, funcionário do Banco do Brasil, até então na ativa, a quem recorri para confirmar, ou não, alguns pontos do texto do último capítulo, talvez o mais importante, pois relata o comportamento do Banco do Brasil no período

do de 1986 a 2007 – quando se transformou num banco múltiplo e formou o Conglomerado Banco do Brasil – e retrata sua imagem no momento em que completava duzentos anos de atividade.

Destaca-se, ainda, nesse leque de colaboradores o professor Moacyr Barros Bastos, meu amigo de infância, que, com o seu brilhante prefácio, me deixou profundamente lisonjeado.

É com imenso prazer que estendo meus sinceros agradecimentos ao Dr. Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil no período de março de 1967 a março de 1974, e ao Sérgio Rosa, presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), os quais aceitaram, gentilmente, meu pedido para escrever os textos de apresentação do livro, dando a este um colorido todo especial.

Com muita satisfação, registro, finalmente, o meu mais profundo agradecimento a todas as funcionárias da Biblioteca e do Arquivo Histórico do Banco do Brasil, as quais me dispensaram a melhor das atenções todas as vezes em que a elas me dirigi para solicitar alguma informação.

A todos, o meu muito obrigado.

SUMÁRIO

Prefácio	7
Apresentações	9
Introdução.	15
1º Capítulo - A Economia Brasileira antes da Criação do Banco do Brasil	19
2º Capítulo - Criação e Extinção do Primeiro Banco do Brasil	29
3º Capítulo - Fundação do Segundo e Atual Banco do Brasil	43
4º Capítulo - O Comportamento do Banco do Brasil na Grave Crise Financeira de 1864	69
5º Capítulo - O Banco do Brasil nos Últimos Anos do Período Imperial	85
6º Capítulo - O Banco do Brasil nos Primeiros Anos da República	97
7º Capítulo - O Banco do Brasil com sua Tradicional e Definitiva Denominação	121
8º Capítulo - O Banco do Brasil no Governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945)	149
9º Capítulo - O Comportamento do Banco do Brasil após a Instituição da SUMOC	177
10º Capítulo - O Desempenho do Banco do Brasil com a Presença do Banco Central do Brasil	209
11º Capítulo - Os Últimos Anos do Banco do Brasil como Autoridade Monetária	227
12º Capítulo - A Atuação do Banco do Brasil no Exterior.	245
13º Capítulo - O Conglomerado Banco do Brasil	263
Apêndice - Cronologia dos Principais Fatos Históricos.	293
Bibliografia	299

Prefácio

Nas linhas iniciais desta obra e ainda nos agradecimentos que abrem o precioso relato documental sobre a história do Banco do Brasil, o economista Wilson Rodrigues de Oliveira mostra o rigor de seu compromisso intelectual.

O leitor fica informado de que tem em mãos o resultado de um minucioso trabalho de mais de três anos de pesquisa em instituições diversas, além das observações recolhidas nas décadas em que se desenvolveu a carreira profissional do Autor naquela magna casa bancária.

A qualidade de seu livro já se vislumbra nas páginas da introdução, onde o Autor apresenta um conjunto de excelentes obras consultadas, algumas sobre a própria história do Banco do Brasil, como, por exemplo, as de Victor Viana, Afonso Arinos de Melo Franco e Cláudio Pacheco Brasil, e outras de conceituados nomes da economia brasileira, entre eles Roberto de Oliveira Campos e Mário Henrique Simonsen.

A seriedade intelectual de Wilson Rodrigues de Oliveira também se explicita quando ele divide méritos que lhe seriam exclusivos, atribuindo-os à colaboração de “inúmeras pessoas e muitos amigos”, entre os quais o professor Amauri Antônio de Souza e seus colegas de trabalho Dídimo Fonseca Figueiredo e Germano Augusto di Polto.

Esse compartilhamento já denota a grandeza de espírito do admirável servidor da causa pública, mas há outras virtudes a assinalar.

Wilson Rodrigues de Oliveira oferece personalíssimas observações sobre assuntos em geral tangenciados por cronistas de época. Não esconde, por exemplo, o que pensa sobre a corte acompanhante de Dom João VI – quinze mil desfrutadores parasitas –, comenta. No mesmo tom, a administração régia recebe a classificação definitiva: suntuária.

Apesar da observação severa, ele reconhece o fato já conceitualmente estabelecido, de que a chegada da corte portuguesa corresponde ao início do término do período colonial. A

justificar a assertiva, a criação do Real Erário do Brasil, o Tesouro Imperial, depois Tesouro Nacional. Começava o declínio da dominação sediada no além-mar.

Análises desse teor, até pelo caráter didático, fazem a presente obra merecer a classificação de extraordinária, por despertar e sustentar o interesse do leitor, envolvendo-o na vivacidade e no poder de crítica da exposição.

A cronologia da narrativa começa nos acontecimentos precursores das condições para que, décadas mais tarde, viesse a ser criado o Banco do Brasil. Desce à raiz dos fatos históricos. Às guerras napoleônicas, ao tráfico negreiro, à influência da Inglaterra sobre os destinos dos povos. À Independência, à Proclamação da República, aos dias de hoje.

Com desenvoltura e clareza, o livro percorre toda a linha geral da história brasileira em mais de dois séculos. Nada lhe escapa.

Como eixo maior desta translação, a história do Banco do Brasil funciona na qualidade de referencial de uma soberba aula de história, narrada com estilo e profundidade, mantendo em alta tensão a arte de transmitir informações e conhecimentos.

Outro relevante atributo do livro é o ecletismo do Autor. Como economista, ele se revela detentor de admirável cultura geral que o ajuda na descrição do cenário histórico de cada momento, sem se restringir aos limites de sua especialidade profissional.

Assim, esta é uma obra cultural no melhor sentido da palavra, pela índole universalista do enfoque, a pluralidade da angulação e a capacidade de expor acontecimentos no contexto da história, uma dimensão sempre mais rica e fascinante do que o factual em si.

Moacyr Barros Bastos

Apresentações

Sérgio Rosa

Sem dúvida nenhuma, registrar a história do Banco do Brasil é uma tarefa tão importante quanto difícil. O Banco do Brasil tornou-se uma das mais longevas e mais destacadas instituições do Brasil, ocupando um lugar fundamental na constituição do Sistema Financeiro Nacional, onde ocupa até hoje um lugar de liderança.

Falar do Banco do Brasil significa falar do desenvolvimento da agricultura brasileira, das micro e pequenas empresas, de comunidades de todos os cantos do país, do crédito para praticamente todos os segmentos da economia e muito mais. Recuperar esta história significa reescrever uma parcela significativa da história econômica do Brasil e um pouco da história social e humana também.

Criado originalmente em 1808, o Banco do Brasil transformou-se ao longo do tempo, de acordo com a própria transformação do país e com as determinações de cada governo, mas manteve quase sempre uma posição de liderança e pioneirismo, inovando em operações e procedimentos que depois foram seguidos pelos demais.

Outro dado relevante é o que diz respeito ao espírito associativo e empreendedor dos próprios funcionários do Banco, que criaram ao longo do tempo dezenas de modelos baseados na cooperação e na solidariedade. Um desses exemplos é a PREVI, hoje a maior entidade de previdência complementar da América Latina, criada originalmente em 1904 por 54 sócios fundadores do Banco do Brasil. Mas além deste exemplo, poderíamos também falar das AABB, da Cassi, das Apabb, cooperativas e tantas outras iniciativas.

Pode-se dizer também que o Banco do Brasil participou, direta ou indiretamente, de momentos importantíssimos da vida nacional, como o processo de redemocratização ocorrido a partir da década de 1980, quando importantes categorias se somaram a outros setores da sociedade para recuperar espaços de cidadania perdidos.

Por tudo isso, deve-se louvar o esforço do autor, que lidou com assunto tão extenso e complexo. Sua obra sem dúvida nos ajuda a resgatar a memória dessa fantástica instituição, trazendo à luz fatos e momentos que, de outra forma, ficariam quase perdidos, dificultando a todos nós aumentar e enriquecer o conhecimento sobre o Banco.

A todos os funcionários que tiveram ou ainda têm sua vida profissional construída em torno do Banco do Brasil, bem como a todos os interessados em conhecer um pouco da história do Brasil, apresenta-se este livro como uma importante fonte de referência.

Nestor Jost

Desde que conheci a admirável sentença de Cícero: “os livros são alimentos na juventude, encanto na idade madura, ornamento na prosperidade, refúgio e conforto na desgraça”, passei a valorizar a leitura e prestigiar os escritores.

Manifesto, pois, desde logo, minha admiração e respeito ao autor, Wilson Rodrigues de Oliveira, que, depois de servir por três décadas com dedicação e eficiência ao Banco do Brasil, resolveu contar sua vida profissional e da importante instituição a que serviu, no contexto da evolução histórica do Império e da República. Com rara perspicácia, acuidade e inteligência, produziu obra abrangente, de leitura fácil e atraente.

O “BANCO DO BRASIL – Dois Séculos de História”, cujas provas tive a honra e o prazer de ler, a pedido do autor, retrata em síntese magistral uma época agitada da evolução política, econômica e social do país. Ressalta a inegável e substancial contribuição do Banco do Brasil ao progresso da nação e revela também clara vocação de historiador.

Como bem destaca o autor, o motivo que levou o Banco a abrir suas primeiras filiais em Manaus, Belém e Santos é que, no início do século XX, a produção exportada do Brasil era constituída quase exclusivamente de produtos de extração florestal, com absoluta predominância do látex. Com o declínio acelerado da produção e exportação da borracha, o peso do extrativismo cedeu lugar à produção de café, que se escoava por Santos.

Deu também o autor destaque à criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), que se propunha, além de créditos, a fornecer também assistência técnica à produção agropecuária em geral. A medida provocou desde logo aumento da produtividade e da produção em todas as regiões. A precária assistência do Ministério da Agricultura foi amplamente suplementada pela CREAI até a criação, em 1973, da Embrapa, que, a partir dessa data, ampliou as pesquisas e garantiu o crescimento da produtividade não só da agricultura, mas também da pecuária.

A contribuição da CREAI para o abastecimento de alimentos e vestuário de uso comum dos brasileiros garantiu que a

população, calculada em 40 milhões de habitantes, chegasse aos atuais 189 milhões sem que aumentasse o percentual de subnutrição e de miséria. Além de abastecer convenientemente o mercado interno no período, houve um considerável aumento na produção, gerando grande volume de excedentes para exportação.

No setor industrial, a CREAL destacou-se pelo incremento das atividades mecânicas de implementos agrícolas, tecidos, móveis e outras pequenas atividades que formavam o elenco das indústrias nacionais. Mas, o Banco também foi pioneiro no financiamento das grandes empresas, participando da fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Companhia de Aços Especiais Itabira (ACESITA), da Petroquímica União, a primeira instalada no país, da Petrobras e, diretamente ou através de seu braço externo “Eurobraz”, participou também do financiamento de todas as grandes empresas de energia hidrelétrica, ferroviárias e de mineração.

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), também mencionada pelo autor, assumiu, pelo vulto do seu patrimônio, posição marcante na modernização da infraestrutura do país.

Na década de 1960, por exclusiva iniciativa do Banco do Brasil, foi incrementada a produção de soja com a tecnologia existente no Rio Grande do Sul, atingindo a produção, já em 1970, de um milhão de toneladas. Mais tarde, com o apoio decisivo da Embrapa e de outros estabelecimentos tradicionais de pesquisa, estendeu-se a cultura pelo Centro-Oeste, tornando-se a mais importante espécie agrícola do país, representando mais de 40% da produção total de grãos. Nos últimos 50 anos, como fonte de óleo comestível, ração animal e matéria-prima da indústria de cosméticos e tintas, organizou-se em torno da soja completa teia de atividades econômicas, envolvendo todos os estados, menos Amazonas. No Brasil, a soja é, atualmente, a principal responsável pela produção de biocombustível e a gordura culinária de maior utilização, tendo passado a ser o principal produto das exportações brasileiras, deslocando o café dessa posição em 1980.

Todas essas atividades que impulsionaram o desenvol-

vimento nacional devem-se principalmente à competência e à dedicação de um brilhante grupo de funcionários, selecionados em concurso público.

Em 1973, por ocasião dos festejos promovidos pelo 165º aniversário do Banco, foi proclamado pelas maiores autoridades da República o esforço dos servidores da Casa.

No Senado Federal, no dia 8 de outubro de 1973, o senador Jessé Pinto Freire, que, por longos anos, presidiu a Confederação Nacional do Comércio, pronunciou discurso laudatório à ação do Banco.

O ministro Delfim Netto, em entrevista à imprensa, fez a seguinte declaração: “O Banco do Brasil é a instituição microeconômica mais importante para agilizar as decisões macroeconômicas do país. Constitui a mais poderosa alavanca com que conta o Governo para a realização do desenvolvimento econômico”.

Na qualidade de presidente do Banco, recebi do presidente Emílio Garrastazu Médici a seguinte missiva: “No transcurso do aniversário do Banco do Brasil, faço chegar, por seu intermédio, ao funcionalismo dessa notável instituição, minhas felicitações e meu aplauso pelo fecundo e silencioso trabalho. Dirijo-me a todos quantos, no Brasil e no exterior, se fazem, dia a dia, mais dedicados, mais dinâmicos, mais idealistas, mais competentes – exemplo de operosidade e diligência. E dirijo-me sobretudo aos funcionários das pequenas agências do interior, a cuja capacidade e a cuja sensibilidade tanto deve o país, como instrumentos efetivos da grande transformação que o Brasil está realizando nas raízes de si mesmo, neste imenso esforço integrado de desenvolvimento, pedindo-lhe fazer chegar, também, aos quadros superiores da direção do Banco do Brasil, a minha saudação e os meus votos de ascendente êxito, saúda-o. Emílio G. Médici”.

Esse é o melhor reconhecimento da contribuição do Banco para o desenvolvimento nacional.

Terminado meu mandato de presidente, em 1974, fui durante muitos anos membro do Conselho Administrativo do Banco. Em 1984, exerci a função de ministro da Agricultura, onde mais uma vez pude testemunhar a eficiência dos serviços do

Banco do Brasil.

A História do Banco do Brasil, descrita com raro descortino pelos professores Afonso Arinos e Cláudio Pacheco, revelou os acontecimentos pertinentes até 1951. Faltava, porém, a continuação da obra para salientar os fatos mais importantes de mais de meio século em que o Banco do Brasil alcançou notável expansão de suas atividades internas e destacada posição internacional, sendo seu logotipo marca conhecida em todos os continentes.

O autor, Wilson Rodrigues de Oliveira, está de parabéns pela obra realizada, que merece ser difundida para conhecimento coletivo.



Dr. Nestor Jost, 1984.
Presidente do Banco do Brasil no período de
março de 1967 a março de 1974

Introdução

Como se encontra esgotada a **primeira edição** deste livro, lançada em outubro de 2008 – data em que o Banco do Brasil estava completando 200 anos de atividade –, resolvi fazer nesta **segunda edição** uma profunda reformulação no texto, tendo como meta principal a redução do número de páginas – de 402 para 300 –, sem comprometer, de forma alguma, a história do Banco, mas procurando, acima de tudo, melhorar a qualidade e a textura do trabalho.

Na **Introdução à primeira edição**, revelei que a história do Banco sempre me despertou grande interesse, não só por ser, até então, o maior banco do país, mas, sobretudo, pelo fato de eu ter feito parte de seu seleto quadro de funcionários durante quase 30 anos de efetivo exercício – tomei posse em junho de 1958 e me aposentei em agosto de 1987.

No desempenho de minhas funções nas inúmeras dependências por onde passei, nele permanecia, com muita frequência, por um tempo sempre superior ao regulamentar. Por isso, durante todo aquele período, o Banco foi o meu segundo lar. Com absoluta consciência, e aqueles que me conhecem hão de confirmar, posso dizer que sempre “vesti a camisa” do Banco.

O desejo de me inserir no rol dos historiadores do Banco do Brasil, embora não querendo comparar-me aos ilustres escritores, entre os quais Afonso Arinos de Melo Franco e Cláudio Pacheco Brasil, surgiu depois que concluí minha biografia, elaborada para ser distribuída, única e exclusivamente, a parentes e amigos.

O fato de já haver tido a oportunidade – quando ainda estava na ativa, então desempenhando a função de assessor na Vice-Presidência da Carteira Internacional – de escrever, de forma bem sucinta, a história do Banco me serviu de estímulo para produzir esta obra.

Para que pudesse apresentar um trabalho de boa qualidade e o mais abrangente possível, lancei mão, desta feita, de diversos relatórios, boletins, palestras e legislação oficial (leis, decretos, decretos-lei, resoluções, etc.). Ao mesmo tempo, tomei conhecimento dos livros que tratam do assunto, os quais, diga-

se de passagem, embora de excelente qualidade, se restringem a pequeno número.

Encontrei, por exemplo, o livro de Victor Viana, editado em 1926, com mais de mil páginas. Existe também a coleção de 5 volumes, parte do primeiro escrita brilhantemente pelo já citado Afonso Arinos de Melo Franco, e o restante, bem como os demais volumes redigidos, com o mesmo brilhantismo, pelo eminente Cláudio Pacheco Brasil, também já lembrado. A obra dessa excelente dupla de escritores, editada em 1980, acumula cerca de 2.640 páginas e contempla, a um só tempo, a história econômica e financeira do país e suas consequências diretas na vida institucional do Banco do Brasil, no período de 1808 a 1951.

Outro trabalho que merece ser citado é o produzido em 1988, com 260 páginas, pela Coordenadoria de Comunicação Social do Gabinete da Presidência do Banco do Brasil e Agência Brasileira de Comunicação, prefaciado pelo então presidente do Banco, Camillo Calazans de Magalhães.

Como essas obras foram escritas há muito tempo, não alcançaram o período em que o Banco do Brasil se desvinculou definitivamente da condição de Autoridade Monetária, ao perder a Conta de Movimento do Banco Central do Brasil em fevereiro de 1986, bem como a difícil fase por que passou logo após a implantação do Plano Real em 1994. Outro ponto a ser observado é o relacionado às atividades do Banco do Brasil no exterior, assunto que nenhum livro similar, sem exceção, tratou com a devida atenção, só o fazendo, quando muito, superficialmente.

Assim, considerando que a presença do Banco do Brasil na comunidade financeira internacional só tenha tomado impulso, verdadeiramente digno de atenção, a partir do final da década de 1960, ao inaugurar as agências de Nova York (EUA), em abril de 1969, e Hamburgo (Alemanha), em setembro do ano seguinte, e que, talvez por isso, sua atuação no exterior não tenha tido oportunidade de se fazer devidamente conhecida pelo público em geral, resolvi inserir um capítulo especial – o décimo segundo e penúltimo – para relatar esse importante segmento da história do Banco do Brasil.

Dessa forma, preferi reservar para o último capítulo a parte que trata do comportamento do Banco do Brasil durante o

período que se estende de 1986 até 2008 – uma das mais importantes fases de toda a sua vida institucional. Com a extinção da citada Conta de Movimento, o Banco perdeu, totalmente, suas últimas funções de Autoridade Monetária, mas ganhou, em contrapartida, autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN) para concorrer, de igual para igual, com os demais bancos em todos os segmentos do Sistema Financeiro Nacional. Com isso, o Banco pôde expandir-se e criar, em poucos anos, o Conglomerado Banco do Brasil, passando a operar, verdadeiramente, como um banco múltiplo.

Com ajustes profundos, só comparáveis aos que sucederam à Reforma Bancária de dezembro de 1964, e à extinção da citada Conta de Movimento, o Banco se viu forçado a empreender, logo após o Plano Real, um rigoroso processo de reestruturação e modernização, tornando-se uma empresa mais ágil, transparente e alinhada às práticas de mercado. Mesmo com essa política de expansão do leque de atividades típicas de banco comercial, o Banco do Brasil não negligenciou, em nenhum momento, sua contribuição ao desenvolvimento do país, notadamente no que respeita às iniciativas de cunho sociocultural.

Pela importância e tradição do Banco do Brasil no cenário da economia brasileira, foram inseridos, sempre que julgados oportunos e importantes, fatos político-institucionais e econômico-financeiros ocorridos no país desde os últimos anos que antecederam à data de sua criação (12 de outubro de 1808) até outubro de 2008, quando o Banco completou duzentos anos de atividades.

Procurei, desse modo, mostrar ao leitor que o Banco do Brasil se fez presente em praticamente todos os momentos em que a nação enfrentou períodos difíceis e de grandes transformações, em consequência, principalmente, de reivindicações da sociedade, esta cada vez mais exigente por força da própria modernização e desenvolvimento do país.

Nos dois séculos de sua existência, em que tentativas malsucedidas foram corrigidas e métodos foram melhorados para adaptar-se às contingências e à evolução das conjunturas, o Banco do Brasil foi um grande formador de excelentes equipes de funcionários, dentro das mais severas normas de procedi-

mento que um estabelecimento oficial deve exhibir. Dele saíram professores das mais variadas cadeiras, notáveis administradores de empresas, secretários de estado, ministros, entre outros.

Prova disso, foram as constantes convocações de funcionários do Banco do Brasil para servirem em outros órgãos do setor público – federal, estadual e municipal –, o que bem comprova a excelente qualidade do corpo profissional da Empresa. Registre-se, na oportunidade, que todos os funcionários (cerca de mil), com os quais o Banco Central do Brasil (BACEN) iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1965, pertenciam ao Banco do Brasil.

Sabendo que uma história pressupõe a narração do passado, o que, provavelmente, poderia interessar apenas a um grupo específico de leitores e/ou estudiosos, tentei apresentar um livro em que se não descreva apenas o passado do Banco do Brasil, mas também se mostre ao público em geral seu novo perfil, resultante da mais profunda e significativa transformação por que passou a partir de fevereiro de 1986.

Com este trabalho, penso que constituí, a um só tempo, um verdadeiro banco de informações históricas da Instituição e do país, respeitando, tanto quanto possível, a cronologia dos acontecimentos. Com ele, imagino estar prestando uma pequena colaboração a todos os interessados em conhecer um pouco mais da história do nosso secular estabelecimento de crédito, que acompanhou, lado a lado, a evolução política, institucional, econômica e financeira do Brasil.

Não obstante o prolongado hiato entre o encerramento do primeiro e a criação do atual Banco do Brasil (1829 e 1853, respectivamente), é lícito o vínculo que se faz da vida institucional do Banco de hoje à do primitivo, dadas as circunstâncias político-sociais que envolviam a Colônia na época de sua criação. Justifica-se, por isso, o subtítulo escolhido para esta obra.

Como será inevitável a constante citação de cifras na moeda antiga (o Mil-réis, que se escrevia 1\$000), a qual vigorou até o advento do cruzeiro, em outubro de 1942, vale a pena esclarecer que o conto de réis equivalia a um milhão de réis, ou seja, 1:000\$000.

Primeiro Capítulo

A Economia Brasileira antes da Criação do Banco do Brasil

A economia brasileira do século XVIII esteve voltada praticamente para o setor de mineração, que teve na vida da Colônia um grande papel. Durante mais de meio século, a mineração, cujo desenvolvimento ocorreu à custa da decadência das atividades do setor agrícola, ocupou a maior parte das atenções do país.

A expansão da mineração foi a grande responsável pelo deslocamento do eixo econômico da Colônia, então situado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Bahia e Pernambuco), culminando com a transferência da Capital, em 1763, de Salvador (BA) para a cidade do Rio de Janeiro.

Ainda em função da exploração de pedras e metais preciosos, grande parte da população da Colônia se mudou para o interior do país. A comunicação mais fácil das minas para o exterior se fazia pelo porto do Rio de Janeiro, que se tornaria o principal centro urbano da Colônia. A necessidade de abastecer a população nas zonas de mineração estimulava as atividades econômicas numa vasta área que atingia as capitanias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Entretanto, a partir de meados daquele século, o setor de mineração entrou em fase de visível retração, com reflexos diretos em nossas exportações de ouro e pedras preciosas. Ao mesmo tempo, continuava o processo de deterioração de nossa lavoura açucareira, que se arrastava por quase um século, em virtude da forte concorrência exercida pela crescente produção obtida pelos franceses no Haiti.

Esses dois fatores, embora o primeiro com muito maior peso, foram os principais responsáveis pela queda do nível geral das atividades econômicas da Colônia naquele período. Todavia, a fase de recessão não se prolongaria por toda a segunda metade do século, já que o último quartel foi marcado pela reativação do processo econômico, ainda que em bases modestas.

Para tanto, alguns acontecimentos, especialmente no

cenário externo, serviram de estímulo à reversão das expectativas na área econômica. O principal deles se caracterizava pela crescente demanda de matérias-primas por parte das indústrias europeias, notadamente as inglesas e francesas. O setor industrial europeu era o que mais se beneficiava do permanente estado de guerra em que se encontrava a Europa, principalmente entre os anos de 1792 e 1815.

Essa situação provocou uma completa modificação no setor produtivo brasileiro, trazendo benefício direto para nossas culturas agrícolas, entre elas a do açúcar e a do algodão, e propiciando imediata ampliação de nossa pauta de exportações.

Nossa produção açucareira havia sofrido, como vimos, sensível redução devido à grande concorrência do Haiti, então o maior exportador mundial. Porém, com a revolta dos escravos naquele país, em 1791, que deu início a um longo período de luta contra os franceses, ocorreu forte retração na oferta do produto, já que, durante a fase do conflito, os canaviais foram praticamente dizimados. Com isso, os preços internacionais experimentaram significativa elevação.

No que se refere ao algodão, vale ressaltar que os fornecedores tradicionais para o mercado europeu eram os países asiáticos, em especial a Índia. Em decorrência do rápido desenvolvimento da indústria têxtil britânica e dada a impossibilidade de aqueles países suprirem, em curto prazo, as crescentes necessidades dos importadores, os preços no mercado externo se elevaram rapidamente, o que serviu de forte estímulo para nossa cotonicultura, que se concentrava principalmente no Maranhão.

Além do açúcar e do algodão, outros produtos foram beneficiados pela ocorrência de fatores externos. Podem ser citados, por exemplo, o fumo e o arroz, cujas culturas sofriam ampla concorrência da produção das colônias britânicas na América do Norte, grandes supridoras do mercado europeu. Porém, em decorrência da Guerra da Independência norte-americana, a produção brasileira do fumo e do arroz foi estimulada significativamente, com repercussão imediata em nossas exportações e, conseqüentemente, em nossa balança comercial.

Portanto, a decadência da mineração, notadamente no

que se refere ao ouro, que se fez sentir a partir de meados do citado século XVIII, e cuja causa principal era o esgotamento das jazidas, passou a ser compensada pelo crescimento do setor agrícola. A agricultura voltava, assim, a ocupar a posição dominante que desfrutara nos dois primeiros séculos da colonização. Note-se, entretanto, que o desenvolvimento das atividades agrícolas nessa nova fase, embora considerável, foi mais quantitativo do que qualitativo.

Beneficiadas por esses acontecimentos no âmbito externo, nossas exportações globais alcançavam, segundo Francisco de B. B. de Magalhães Filho, cerca de 3.500 mil libras no ano de 1800, com destaque para o açúcar (30%), ouro (20%) e algodão (11%). O maior porto exportador era o do Rio de Janeiro, com aproximadamente um terço do total, seguido pelos de Salvador, Recife, São Luís e Belém.

Assim, ao iniciar-se o século XIX, a conjuntura internacional favorecia largamente o desenvolvimento de nosso setor agrícola. Nossos produtos estavam valorizados e nossos concorrentes se encontravam debilitados. E mais. A economia brasileira já se configurava mais importante do que a de Portugal, pois mais da metade das exportações portuguesas era constituída de produtos brasileiros, reexportados sem qualquer tipo de nova elaboração por parte da Metrópole.

Na realidade, o desempenho daquele país era de mero intermediário entre o Brasil e o resto do mundo, especialmente a Grã-Bretanha. Com efeito, o Reino não era consumidor apreciável dos produtos coloniais, nem fornecedor dos artigos consumidos no Brasil. Era, como muito bem qualificou Caio Prado Júnior, um “simples intermediário imposto e parasitário”. Naquela virada de século, nossa população, estimada em mais de 3 milhões de habitantes, já superava a de Portugal.

De outra parte, o sistema monetário luso-brasileiro se apresentava bastante confuso até o início do século XIX. O meio circulante era formado exclusivamente por moedas de ouro e de prata. Esse ambiente se agravava à medida que se expandiam as transações comerciais, com reflexo imediato no já debilitado nível de escassez de metais amoeitados. A decadência irremediável da mineração brasileira foi a principal razão da crescente

insuficiência do meio circulante no Brasil e, principalmente, em Portugal.

Vale esclarecer, entretanto, que esse constrangimento se fazia sentir com maior intensidade nas zonas litorâneas (visivelmente Rio de Janeiro e Bahia e, em menor proporção, Recife e Belém), onde se centralizavam as negociações. Já na zona da imensa região agrícola e pecuária do interior, onde a moeda se fazia pouco necessária, e na área da mineração, na qual os bens econômicos eram cotados e pagos com ouro em pó, a insuficiência da moeda corrente era menos percebida.

À medida que tal dificuldade crescia, várias tentativas eram empreendidas, tanto no Brasil como em Portugal, no sentido de suprir a falta de moeda. Assim, surgiram alguns tipos de emissão que se aproximavam ao papel-moeda, embora não fossem exemplos dele, conforme sua conceituação técnica e precisa.

Há indícios, de acordo com relato de Afonso Arinos, de que o primeiro ensaio de emissão de papel-moeda realizado pela administração portuguesa, em todo o Reino, ocorreu no distrito de Diamantino, capitania de Minas Gerais, na década de 1770. A Real Extração dos Diamantes, quando não dispunha de fundos suficientes para cumprir seus compromissos imediatos, emitia letras que eram resgatadas quando chegavam os suprimentos em moeda remetidos pela Fazenda Real. Esses papéis eram conhecidos como “Bilhetes da Extração” e vinham de Lisboa impressos e encadernados em forma de livros.

Sabe-se que só a partir de 1797 o papel-moeda começou a circular na Metrópole, sob a forma de apólices emitidas pelo Erário Régio. Realizaram-se, ainda, outras emissões no decorrer do período que se estendeu até 1807. Nas primeiras emissões, pagavam-se juros de 6%. No entanto, esses encargos foram sendo gradativamente suprimidos até a sua completa extinção, o que caracterizava, desse modo, uma espécie de papel-moeda de curso forçado e inconvertível.

Outra tentativa nesse sentido foi a emissão dos chamados “Bilhetes de Permuta”, criados pelo Alvará Régio de 13 de maio de 1803. Esses bilhetes eram, na verdade, uma repetição dos “Bilhetes da Extração”.

Ainda com vista a amenizar essa situação, permitiu-se, pelo decreto de 3 de outubro de 1808, dias antes, portanto, da criação do Banco do Brasil (em 12 de outubro), a emissão dos “Bilhetes da Alfândega”, que deveriam ser sacados pelo Real Erário contra os assinantes da Alfândega, então devedores dos direitos de importação.

Em decorrência de toda essa situação, tornava-se evidente, cada vez mais, a necessidade da criação de um banco de Estado, cuja característica básica seria, como acabou sendo, a de um banco emissor. Assim, o problema do nosso sistema monetário só passou a ser amenizado a partir de 1810, já com a presença do Banco do Brasil, quando se efetivou oficialmente a emissão de papel-moeda no país.

O visível desequilíbrio entre o desenvolvimento do comércio e a escassez da moeda circulante serviu de estímulo para um grupo de comerciantes e capitalistas do Rio de Janeiro fundar uma empresa que se aproximava de um banco emissor. Apesar de suas limitações, essa entidade, que se fundira com uma empresa de seguros, se expandiu tanto que muitos funcionários públicos da cidade, bem como fazendeiros ricos do interior, resolveram confiar-lhe suas economias em moeda metálica.

A necessidade de expansão do meio circulante se mostrou mais evidente após a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em virtude principalmente do auspicioso ato de abertura dos portos do país ao comércio exterior (28 de janeiro de 1808). Essa medida proporcionou enorme aumento das transações comerciais. Com isso, o meio circulante, que já era escasso, se tornou mais premente.

Em virtude da abertura dos portos, as importações brasileiras passaram a crescer muito mais rapidamente do que as exportações, acarretando saldos deficitários na balança comercial, situação que se prolongaria por quase seis décadas.

Embora os investimentos públicos exigissem alto percentual de componentes importados, o que mais pressionava nossa balança comercial era o consumo suntuoso dos portugueses emigrados – aproximadamente 15 mil – que procuravam manter o padrão de vida que tinham em seu país.

Por outro lado, o Brasil era beneficiado, mais uma vez, pela ocorrência de acontecimentos externos, sobre os quais a Colônia e até mesmo a Metrópole não tinham influência decisiva. Nesse contexto, o principal fato foi, sem dúvida, a ocupação do território português pelo exército de Napoleão Bonaparte, em 1807.

Após proclamar-se Imperador da França em 1804, Napoleão Bonaparte intensificou os combates no continente europeu e ampliou suas conquistas, culminando com a decisão de bloquear a Inglaterra por mar, a cujo ato D. João, que governava Portugal desde 1792 em lugar de sua mãe, a Rainha D. Maria, se via forçado a dar seu apoio.

Por algum tempo, D. João conseguiu manter uma aparente neutralidade na luta travada por Napoleão para subjugar a Inglaterra ao seu domínio. Entretanto, a hesitação por parte de D. João entre aderir ao sistema napoleônico e continuar fiel à sua amiga tradicional, a Inglaterra, levou a França e sua aliada, a Espanha, a darem um ultimato a Portugal, em 12 de agosto de 1807, exigindo que fossem postas em prática, até 1º de setembro, várias medidas contra a Inglaterra.

Percebendo que suas exigências não estavam sendo obedecidas, Napoleão ordenou a invasão de Portugal. Assim, três meses após o ultimato, tropas francesas, comandadas pelo general Androche Junot, invadiram e ocuparam o território português. Apesar de velho conhecido de D. João, já que fora embaixador da França em Lisboa havia pouco tempo, Junot, à frente de um exército de 23 mil soldados, marchou para tomar Lisboa. Naquele momento, Portugal se encontrava completamente sem condições próprias de defesa.

Sem alternativa, D. João resolveu emigrar para o Brasil, sob a proteção da Esquadra britânica. Ao mesmo tempo, tropas inglesas desembarcavam em Portugal para enfrentar os invasores. Acompanhando D. João e toda sua Corte, vieram ainda grande parte do funcionalismo e uma imensa comitiva. Com essa atitude, o Príncipe conservava sua coroa e títulos, mas cedia ao governo britânico sua independência e liberdade de ação, pois a Corte portuguesa passou a ser um joguete nas mãos da Inglaterra, como bem definiu o historiador Caio Prado Júnior.

Enquanto os ingleses se incumbiam de enfrentar as tropas francesas no território português, o Soberano recebia a proteção de uma Divisão naval inglesa, estacionada permanentemente no Rio de Janeiro, situação de que a Inglaterra se prevalecia largamente para manter e, até mesmo, ampliar seu domínio sobre Portugal.

É importante lembrar que, além de as condições internacionais já favorecerem amplamente a influência dos ingleses sobre Portugal, eles foram também os maiores beneficiários da já citada abertura dos portos, já que eram os principais clientes e fornecedores de Portugal e do Brasil. Embora tomada em caráter provisório, conforme expressamente declarado no próprio texto, aquela iniciativa se manteve em vigor mesmo após a expulsão definitiva dos exércitos napoleônicos do território português (1809), talvez porque já não fosse possível voltar atrás.

A vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808, transformou a cidade, imediata e automaticamente, em sede da Metrópole portuguesa. Pode-se afirmar que esse movimento pacífico de invasão, representado por aproximadamente 15 mil pessoas, foi o acontecimento precursor da independência do país, com reflexos imediatos tanto no campo político-administrativo, quanto na área econômico-financeira.

O período colonial terminava praticamente para o Brasil em 1808, embora a separação oficial só viesse a ocorrer 14 anos depois. Fixando-se na Colônia, D. João cortava definitivamente todos os laços que ligavam o Brasil a Portugal. Assim, ainda em território baiano, onde fez escala para o Rio de Janeiro, o Regente, por sugestão do Sr. José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), reconhecido como defensor do liberalismo econômico, assinou o Decreto de 28 de janeiro de 1808 que abriu os portos brasileiros a todas as nações amigas, franqueando-os ao comércio internacional livre.

Assim, a Corte e a presença do Soberano criaram um ponto de referência e atração que centralizava no Rio de Janeiro a vida política, administrativa, econômica e financeira da Monarquia. Em consequência, todas as atividades foram significativamente estimuladas, mudando o destino da cidade e transformando-a em verdadeira capital de um imenso império colonial.



D. João VI a Cavalo. Aut.: Domingos Antonio de Sequeira (atribuído a)
Data: Século XIX - Óleo sem Tela

Acervo Museu do Banco do Brasil

A exemplo da cidade do Rio de Janeiro, o país também se beneficiava com a mudança de D. João e sua comitiva para a Colônia. Além da instituição de um aparelho de Estado, inúmeras providências foram tomadas que não só libertaram o Brasil dos entraves que tolhiam seu espontâneo desenvolvimento – a revogação da lei que proibia as manufaturas, por exemplo – como também as que procuravam estimular as atividades do país (construção de estradas, melhoramentos de portos, etc.).

Ainda sob o reinado de D. João, muitas outras ações de ordem prática foram implementadas, tais como: o aparelhamento das Forças Armadas – criando a Academia da Marinha, a Academia Militar e uma fábrica de pólvora – e a construção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, de um observatório astronômico, de um museu mineralógico e do Museu Nacional.

Não obstante, todo o movimento de progresso e transformação por que passava a Colônia, desde a chegada da Família Real ao Brasil, concorria para agravar a já tão perturbada situação do sistema financeiro do país, à qual se relacionavam os principais fatos que norteavam a fundação de um banco de Estado, cada vez mais próxima.

Por isso, no esforço para superar a raridade da moeda, foram implementadas, no decorrer do ano de 1808, várias providências renovadoras no campo financeiro, dentre as quais se destacavam:

- imediatamente após a chegada da Corte, em 23 de março, recomendou-se à Junta de Fazenda do Rio de Janeiro – órgão da administração financeira colonial existente em cada uma das capitanias – que continuasse a exercer suas atribuições até a criação do Real Erário do Brasil, nos moldes do existente no Reino;
- em 2 de abril, proibiu-se que o ouro em barra circulasse como moeda. Ele deveria ser levado à Casa da Moeda para ser cunhado em dinheiro;
- pelo Alvará de 28 de junho, foi criado o Real Erário no Brasil, órgão que, mais tarde, passou a ser denominado Tesouro Imperial, nosso Tesouro Nacional de hoje;
- com o Decreto de 4 de agosto, foi criado um banco no Rio

de Janeiro para troca das barras de ouro existentes em mãos de particulares. Denominado “Banco de Trocas”, este estabelecimento – o primeiro com o nome de banco, apesar de suas restritas funções – foi fundado com a finalidade precípua de transformar em moedas, cunhadas na Casa da Moeda, a grande quantidade de barras de ouro que giravam no país.

- pelo Decreto de 5 de setembro, mais um passo foi dado no sentido de amenizar tal situação. Por meio daquele instrumento legal, permitiram-se operações de desconto dos Bilhetes da Alfândega. Era recomendado que tais operações só fossem realizadas com comerciantes idôneos, escolhidos pela direção daquelas repartições, e que durariam enquanto não se estabelecesse um banco de Estado.

Mesmo com a implantação desses mecanismos, cresceram, sem parar, as dificuldades financeiras do Governo, que se via forçado a recorrer a particulares para receber, por antecipação, suas receitas. Com esse arcabouço de dificuldades, amadurecia, pouco a pouco, nos Conselhos da Coroa, a idéia do estabelecimento de um banco de Estado. Na verdade, estava mais próxima do que nunca a criação do primeiro Banco do Brasil.

Segundo Capítulo

Criação e Extinção do Primeiro Banco do Brasil

Embora não corresponda à realidade histórica a vinculação da vida institucional do Banco do Brasil de nossos dias à do primitivo, devido ao prolongado hiato entre o encerramento do primeiro e a criação do atual (1829 e 1853, respectivamente), é importante que se registrem as atividades do primeiro Banco do Brasil, tendo em vista as circunstâncias políticas, econômicas e sociais que envolviam a Colônia na época de sua fundação.

É por essa razão que todos os pesquisadores que tomaram a iniciativa de escrever a história do Banco do Brasil não se preocuparam em narrar apenas as atividades do atual, mas, pelo contrário, fizeram questão de começar seus trabalhos ressaltando as razões que justificaram a criação do primeiro Banco, que, embora tenha tido vida curta, pode ser caracterizado como o embrião do segundo e atual Banco do Brasil.

Como bem fundamentou Afonso Arinos, a ideia da fundação de um banco de Estado já vinha amadurecendo nos meios administrativos portugueses alguns anos antes da criação do Banco do Brasil. Até então, praticamente todos os pensamentos que implicavam em progresso político e econômico tinham origem no exterior.

Por isso, nada mais natural que tenha sido um estrangeiro o principal propagador dessas ideias. Trata-se do italiano Domingos Vandelli, natural de Pádua, que, a convite de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, se fixou em Portugal para lecionar Filosofia, em Coimbra. A ele é atribuída uma série de trabalhos, planos econômicos, dissertações, etc. sobre papel-moeda e, ainda, dois projetos para a criação de um Banco Nacional.

Por força do gradativo agravamento das dificuldades econômico-financeiras por que passava a Colônia logo após a chegada da Corte portuguesa ao país, a fundação de um banco de Estado passou, como vimos no capítulo anterior, por um rápido processo de amadurecimento também no Brasil.

O primeiro Banco do Brasil foi criado pelo Alvará de 12

de outubro de 1808, embora seu funcionamento propriamente dito só tenha ocorrido em 11 de dezembro de 1809. Com aquele diploma legal, deu-se início ao processo Banco do Brasil, que completou, em 2008, dois séculos de existência.

Com a criação do Banco do Brasil, rompiam-se definitivamente os frágeis quadros da obsoleta organização financeira colonial. Em consequência e ainda graças ao expressivo aumento do meio circulante, possibilitou-se o desenvolvimento do país.

A principal finalidade da fundação do Banco do Brasil, clara e insistentemente destacada no aludido alvará, era proporcionar, com urgência, fundos ao Erário Régio, que precisava manter a cúpula monárquica, bem como o numeroso conjunto de fidalguia, administração e serventia doméstica que compunham a Corte.

O Banco do Brasil foi o primeiro banco emissor a funcionar no continente americano e o quarto em todo o mundo. Precedendo a ele, haviam surgido o Banco da Suécia, em 1668; o Banco da Inglaterra, em 1694, e o Banco de França, em 1800.

Além da função básica de banco central misto (banco emissor, de depósitos e de descontos), ao Banco do Brasil foi atribuída a responsabilidade da venda, mediante comissão, de produtos privativos da administração e contratos reais (pau-brasil, diamantes, marfim e urzela).

Para que o Banco do Brasil pudesse desempenhar suas funções de banco de Estado, estenderam-se a ele, ainda, vários tipos de vantagens e prerrogativas, como, por exemplo, a exclusividade para os saques dos fundos do Real Erário e para os descontos dos Bilhetes da Alfândega.

Também com vista à formação de saldos de caixa, o Governo assegurou ao Banco do Brasil o privilégio dos depósitos judiciais ou extrajudiciais, ficando automaticamente extinto o Cofre dos Depósitos. Transferiu-se, ainda, para o Banco o depósito dos fundos existentes nos Cofres dos Órfãos e das Ordens Terceiras e Irmandades, pelos quais o Banco pagaria, ao Juízo dos Órfãos e das Irmandades Religiosas, os juros legais.

Como última providência, estabeleceu-se curso forçado para as Notas do Banco, as quais passariam a ser aceitas pela Real Fazenda em todos os seus recebimentos, e que também